

Reestruturação produtiva, efeitos regionais e busca de alternativas: o oeste catarinense em foco

Hoyêdo Nunes Lins (UFSC – E-mail: hoyedo.lins@ufsc.br)

Resumo

O oeste de Santa Catarina sobressai no Brasil em carnes de suínos e aves. Não sem vínculos com as práticas dos colonizadores presentes na região desde o início do século XX, o principal sistema de produção subjacente ao destaque envolve a integração entre pequenos produtores rurais, responsáveis pela criação, e empresas de abate, processamento e comercialização. Dos anos 1980 em diante, estimuladas também pelas exportações, as maiores empresas, que são líderes no país, intensificaram a sua modernização, até investindo em outras regiões. Isso repercutiu no oeste catarinense, pois numerosos produtores rurais foram desligados dos vínculos com as empresas devido ao não preenchimento das novas exigências, resultando em abandono de áreas rurais, com migrações para cidades da região e outros destinos. Nesse contexto, em meio às iniciativas de diferentes famílias na busca de alternativas na própria região, ganhou visibilidade a agroindústria de pequena escala, de índole cooperativa e práticas solidárias, permeadas de ação coletiva e reciprocidade. Instituições e movimentos sociais tiveram participação nesse processo, como o Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado, em Chapecó, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Palavras-chave: mudanças produtivas; agroindústria, oeste catarinense; reflexos regionais

Classificação JEL: O18, R11

1 Introdução

No Brasil, as mudanças associadas ao binômio liberalização-desregulamentação, marcantes nos anos 1990, e os efeitos da globalização, evidenciados nas últimas décadas, ressoaram em movimentos de reestruturação produtiva em muitos setores e tipos de atividades. Os efeitos foram e têm sido variados, setorial e espacialmente falando, conforme captado por estudos realizados em ambiente acadêmico ou em instituições governamentais. Sobretudo quando focalizam os reflexos regionais ou locais, essas abordagens estariam a representar agregação de conhecimento e registros de experiências ligados ao tema geral das relações entre processos amplos e estruturais do capitalismo e dinâmicas ou problemas socioeconômicos ao nível dos territórios. Não faltam no Brasil realidades aptas a ensejar iniciativas de exploração desse assunto nas diversas latitudes do território nacional.

Esse é o caso também internacionalmente. Seja no centro do capitalismo ou fora dele, a internacionalização aprofundada têm rimado com fronteiras amplamente porosas e, na esteira disso, com desafios e pressões (e também oportunidades) de intensidades não experimentadas até as últimas décadas do século XX. Não são poucas, de fato, as circunstâncias em que as condições de concorrência impostas e as tecnologias disponíveis resultam em mudanças produtivas de contornos mais ou menos amplos e traduzidas de diferentes maneiras. Reorganizar a produção, inclusive alterando a sua geografia mediante deslocamentos e transferências, parcial ou inteiramente, é tipo de

procedimento repertoriado com alguma recorrência, não sendo raro que a expressão “crise regional” marque narrativas sobre algumas dessas experiências.

Esse é o campo de interesse geral do presente estudo. Especificar o seu escopo impõe informar estarem em análise importantes mudanças socioeconômicas ocorridas desde os anos 1990 no oeste de Santa Catarina, com alguns dos respectivos reflexos e desdobramentos. Transformações de vulto na agroindústria de carnes (suínos, aves), de grande e histórica proeminência nessa região, fizeram a ideia de crise permear os discursos locais e, além de estimular indagações sobre alternativas, impulsionaram práticas e influenciaram condutas que chamam a atenção.

O artigo possui três seções, além desta introdução e das considerações finais. A seguir sistematizam-se alguns termos do debate sobre as repercussões socioespaciais dos processos gerais e de cunho estrutural no capitalismo. Depois caracteriza-se a região oeste catarinense, realçando o seu percurso histórico. Posteriormente fala-se das mudanças ocorridas na agroindústria de carnes, ao que se seguem considerações sobre a busca de alternativas por produtores rurais afetados, colocando em evidência a proliferação de agroindústrias rurais familiares e redes de cooperação e focalizando o papel de instituições e movimentos sociais nas iniciativas de enfrentamento das adversidades.

2 Capital *versus* territórios: uma nota

Não é recente o interesse intelectual, sem que este se restrinja aos meios acadêmicos, pelos reflexos espaciais de processos que se desenrolam em níveis mais amplos (ou estruturais) da vida em sociedade. Isso é fato, notadamente, com respeito ao que tem lugar nas esferas da economia e da política, ou a estas se refira mais ou menos de perto. Por exemplo, em seus diálogos filosóficos, elaborados no século IV a.C, Platão (1997) se debruçou sobre o sentido, a política, a economia e a conformação socioespacial interna – sem desconsiderar o problema das dimensões – da cidade (cidade-Estado) na Antiguidade grega clássica. De sua parte, Maquiavel (1969), escrevendo na Florença do início do século XVI, em contexto de fortes embates militares na península italiana, alertou o príncipe sobre a importância tanto de estruturas cidadinas condizentes com os desafios e ameaças do período, quanto do efetivo controle sobre os respectivos territórios circundantes.

Também em literatura de outra natureza, como a ficcional, o assunto não deixa de se apresentar. Em livro de contos inspirados no quadro econômico e político brasileiro do início do século XX, Monteiro Lobato assinalou – referindo à economia cafeeira e a seus movimentos, inclusive no tocante à incidência espacial – que “[...] nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, reflui com eles duma região para outra. [...] Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas.” (LOBATO, 1969, p. 3).

A problemática das interações entre processos amplos e estruturais, de um lado, e dinâmicas ou problemas socioeconômicos em escala territorial, de outro, emerge principalmente em abordagens

sobre a trajetória do mundo moderno. Falar sobre isso envolve aludir ao percurso multissecular do capitalismo histórico, para recorrer a uma expressão utilizada por Wallerstein (1987).

A rigor, já desde o século XIV, antes da aurora do capitalismo (pela perspectiva temporal daquele autor, mas também pela de Marx, 1982), importantes centros europeus de produção têxtil registravam deslocamentos geográficos de atividades, sobretudo de áreas urbanas para áreas rurais. Escapar às imposições salariais das corporações de trabalhadores e usufruir as vantagens outorgadas pela tecnologia assentada na força hidráulica figuravam com destaque como base das associadas decisões (WALLERSTEIN, 1979). Vínculos ainda mais claros entre organização da produção e reconfiguração espacial da indústria aparecem em análises sobre o século XVII europeu, sob estagnação econômica. Nesse contexto, merece realce que, em meio a uma grande difusão do sistema de trabalho em domicílio, numerosas indústrias tenham se transferido para zonas rurais, motivadas pela busca de maiores lucros (WALLERSTEIN, 1984).

Essa lógica básica de conduta empresarial (capitalista) se manteve no século XVIII, na atmosfera da Revolução Industrial britânica. Nas indústrias de lã e linho, por exemplo, avançar em capacidade competitiva implicava não só inovação tecnológica, mas também migração para áreas de baixos salários no norte da Inglaterra, na Escócia e na Irlanda (WALLERSTEIN, 1998), pairando sobre todo o movimento o avanço da estrutura fabril como forma de organizar a produção e o trabalho, conforme descrito por Marx (1982). Como se nota, é principalmente no âmbito da economia industrial que as relações entre processos gerais no capitalismo e estruturas socioespaciais chamam mais a atenção, uma circunstância que não escapou a Marx (1982, p. 342): “A divisão territorial do trabalho que atribui certos ramos da produção a certos distritos de um país recebe [...] um novo impulso da indústria manufatureira, que explora especialidades em todos os lugares”.

O referido vínculo se exacerba sob crescimento industrial porque, entre outros aspectos, em tal contexto o problema das desigualdades adquire particular visibilidade, algo sugerido pela observação histórica. Por exemplo, como assinalou Braudel (1998, p. 305 – grifo do autor),

Uma mesma indústria pode morrer em Marselha e crescer em Lyon. Quando, no início do século XVII, os espessos tecidos de lã crua que a Inglaterra enviava antigamente em grandes quantidades para toda a Europa e para o Levante bruscamente saem de moda, no Ocidente, e se tornam demasiado caros na Europa de Leste, instala-se uma crise de vendas e de desemprego, particularmente no Wiltshire, mas também em outros pontos. Segue-se uma reconversão a tecidos mais leves, tingidos no local, que obrigam a transformar não apenas os tipos de tecelagem nos campos, mas também o equipamento dos centros de acabamento. E essa reconversão faz-se *de modo desigual* conforme as regiões, de forma que, após a introdução das *New Draperies*, as produções especiais *regionais* já não são as mesmas: houve novos crescimentos, quedas que não se recuperaram. O resultado é um mapa modificado da produção nacional inglesa.

A citação é crivada de temas como alterações de mercado, efeitos sociais do declínio econômico e pressões por reconversão produtiva impositivas de mudanças no maquinário e na

organização do trabalho e da produção. E tais processos, inscritos na órbita da produção, exibem, no trecho referido, rebatimento espacial: as inovações impostas incidem diversamente entre locais ou regiões, os destinos e possibilidades dos quais mostram-se diferenciados. Alterações na geografia da acumulação de capital são, assim, promovidas.

Observe-se que diferentes momentos e circunstâncias na história do capitalismo podem suscitar narrativas com esses contornos, pois reestruturação e reconversão produtiva representam tipos de processos de presença recorrente. Como assinala Marx (1982, p. 464), “A indústria moderna não considera e não trata jamais como definitivo o modo atual de um procedimento. Sua base é, portanto, revolucionária [...]”. Isso evoca movimento contínuo de irradiação e estabelecimento de novas práticas, devido à concorrência intercapitalista: “A determinação do valor pelo tempo de trabalho se impõe como lei ao capitalista que utiliza procedimentos aperfeiçoados [...]; ela se impõe aos rivais deste, como lei coercitiva da concorrência, forçando-os a adotar o novo modo de produzir” (MARX, 1982, p. 310). Espreado nas atividades industriais, tais processos, inerentes à dinâmica capitalista, reverberam espacialmente, como ressaltado na transcrita passagem de Braudel (1998).

Algumas abordagens contemporâneas sobre o capitalismo interessadas em perscrutar trajetórias regionais salientam esses aspectos. Por exemplo, há meio século, Holland (1976, p. 162) registrava ser “[...] comumente aceito que a estrutura da produção e do emprego é um dos principais fatores que determinam o crescimento ou o declínio regional”. Não muito depois, Massey e Meegan (1982, p. 189) argumentaram sobre o quanto é importante considerar as alterações na esfera produtiva, pois é por meio delas que “[...] as mudanças na geografia do emprego ocorrem e [...] podem ser ligadas às suas causas fundamentais, que se situam na organização da produção”.

Essas questões orientam o olhar para além do funcionamento de atividades específicas, em locais específicos, na direção de considerações sobre processos em escalas mais amplas e estruturais. Envolvem considerar, cabe a ilustração, o tipo de ângulo privilegiado por Szentes (1976, p. 132 – grifo do autor) no seu estudo sobre o subdesenvolvimento: a situação de países (e regiões) assim caracterizados representaria “[...] um *desenvolvimento específico*, que é mais intimamente conectado com o, e além disso derivado do, desenvolvimento da economia mundial capitalista”. Influenciado pela expansão industrial que testemunhava, Marx (1982, p. 431) aludiu desta maneira a tal problema: “Uma nova divisão internacional do trabalho, imposta pelas sedes principais da grande indústria, converte [...] uma parte do globo em campo de produção agrícola para a outra parte, que se torna por excelência o campo de produção industrial.”

Assinale-se que, por essa ótica, tem sentido inclusive indagar, como faz Massey (1979), se os problemas de declínio econômico regional, com suas consequências nessa escala, podem ser tidos, de fato, como regionais. Para a autora, a (re)distribuição das atividades no espaço, promovendo o dinamismo econômico em alguns locais e, simultaneamente, criando adversidades em outros – com

resultados de conjunto na forma de geração ou reprodução de desigualdades – , possui determinações situadas na órbita da organização da produção, o que força a considerar processos mais gerais do capitalismo.

O conceito de divisão espacial do trabalho sobressai nesse tipo de abordagem. Sua utilização envolve explorar a ideia de sucessão temporal de *rounds* de novos investimentos guiados por mudanças nas exigências da acumulação e pela (desigual) distribuição geográfica das condições desta, do que resultam reconfigurações espaciais pelo fato de o capital perseguir continuamente localizações sinalizadoras de bons resultados em termos capitalistas. Note-se que tal procedimento analítico foi objeto de um livro inteiro de Massey (1984), em que as possibilidades incrustradas no conceito de divisão espacial do trabalho foram amplamente exploradas.

Essa questão exhibe especial pertinência em período no qual a produção e o comércio são dominados, em numerosos setores, por estruturas na forma de cadeias ou redes com escalas praticamente planetárias (GEREFFI; KORZENIEWICZ, 1994; CHESNAIS, 1996). Cabe falar nesses termos sobre o período atual, mostrando-se sugestivo que o adjetivo “global” crive numerosos discursos sobre a realidade econômica (e política) nas últimas décadas. As empresas multinacionais, sobretudo do tipo que Arrighi, Barr e Hisaeda (2001) chamam de corporações de estilo norte-americano, cintilam nessas estruturas. Suas atividades, com processos e fluxos tanto internos quanto externos às corporações, costumam repercutir em diferentes países e regiões por conta de mecanismos assimiláveis ao ciclo do produto (VERNON, 1979) ou, talvez principalmente, ao circuito de ramo (LIPIETZ, 1983), abrangendo operações de subcontratação internacional.

Ganha sobretudo corpo, ao lado da integração mundial captada pelo termo globalização – e representando uma face desta –, a fragmentação das atividades produtivas nessa abrangente escala. Diferentes papéis são atribuídos a países e territórios subnacionais, em processo de (re)desenho da divisão espacial (com dimensões internacionais) do trabalho (FOSTER; STHERER; TIMMER, 2013; JONES; KIERZKOWSKI, 2005). O problema do envolvimento de países e espaços locais ou regionais em dinâmicas desse tipo, tem inspirado abordagens que se ocupam do registro e da análise das respectivas implicações e possibilidades, conforme ilustrado em Coe *et al.* (2004).

Também se destacam nessas abordagens sobre locais e regiões em face da globalização, reiterando registros da observação histórica, os problemas de reestruturação e reorganização produtiva envolvendo mudanças na localização das atividades – ou sua “deslocalização”, para evocar advertência de Decornoy (1993) um quarto de século atrás –, inerentes às operações do capital (HOLLOWAY, 1995). Os associados problemas de declínio econômico, englobando a contração das possibilidades de reprodução social – refletida, entre outros aspectos, em aumento do desemprego e abandono dos espaços afetados –, frequentemente nutrem literatura que explora a ideia de crise regional, como ilustrado pelo livro organizado por Carney, Hudson e Lewis (1980).

Essa literatura não deixa de contemplar as reações dos lugares e regiões às adversidades, em abordagens que, cabe assinalar, representam risco de reificação: trata-se de atribuir às formas espaciais (lugares, regiões) capacidade ou ação (de reivindicar, lutar, propor) que diz respeito, obviamente, a pessoas ou grupos sociais e não a objetos (KITCHING, 1979). Pode-se argumentar que se trata de força de expressão ou licença de linguagem. Todavia, incorrer em tal reificação, além de sinalizar determinismo espacial, significa deixar praticamente de lado, por exemplo, o fato da estratificação social, do caráter de classe da sociedade, o que favorece percepção de que a forma espacial de processos sociais, como lugares e regiões, não abriga conflitos, ou estes são secundários.

Como salienta Massey (1984), lugares e regiões são formas espaciais moldadas pela história, com traços (culturais, sociais, econômicos, políticos) próprios, contendo e refletindo relações sociais, e ao mesmo tempo afetando tais relações, dialeticamente, no sentido de Soja (1980). Pensar assim é recusar a ideia de que nos locais ou regiões ocorre “[...] recepção passiva de mudanças originadas de algum nível mais alto, nacional ou internacional. A grande variedade de condições já existentes em nível local também afeta o modo como aqueles processos operam” (MASSEY, 1984, p. 119).

Pertence ao conjunto dessas condições a capacidade – e a efetividade – dos atores sociais territoriais para reagir às mudanças mais gerais, influenciando seus reflexos locais. Na literatura, o assunto é abordado em diferentes circunstâncias e em disciplinas como Sociologia (DULONG, 1978), Economia (LIPIETZ, 1978;1983; MARKUSEN, 1981) e Geografia (MASSEY, 1978).

Entre os temas tratados nessa literatura tem destaque o regionalismo, referindo a movimentos políticos de base territorial que têm como alvo (ou como “adversário” na interlocução) o Estado central. Ações protagonizadas pelas elites territoriais costumam ser referidas nos estudos sobre questões de identidade e cultura: Wallerstein (1979, p. 497) assinala, com efeito, que quando os “[...] estratos dominantes locais se sentem oprimidos por estratos superiores do sistema mundial, veem-se [...] motivados para perseguir a criação de uma identidade local [...] [no intuito de] criar solidariedade local contra o exterior”. Também figuram entre as iniciativas locais, atraindo a atenção dos pesquisadores, as tentativas de vislumbrar novas possibilidades perante os desafios e problemas relacionados com as mudanças mais gerais, pois tais experimentos constituem focos de atenção e representam esfera que convida ao exercício analítico.

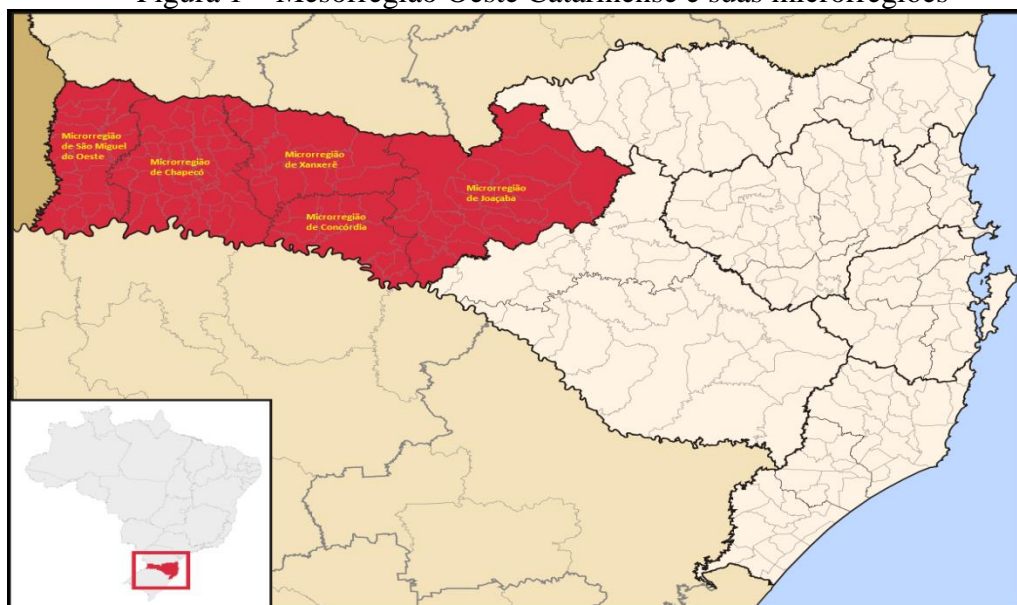
Tudo isso é simultaneamente inspiração e “chave de leitura” para algumas considerações sobre as mudanças observadas no oeste de Santa Catarina.

3 Oeste catarinense, presente e passado: uma caracterização do território

A expressão oeste catarinense designa, considerando a divisão espacial utilizada no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma grande superfície – a Mesorregião Oeste Catarinense – que se estende do Vale do Rio do Peixe, no meio oeste do estado, à fronteira com a

Argentina. Como apresentado na Figura 1, cinco microrregiões, superando em conjunto a marca de cem municípios, compõem essa porção ocidental de Santa Catarina: as de Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê. No Censo Demográfico de 2010 essa área constituía espaço de residência para 1.200,7 mil pessoas, equivalentes a quase 1/5 do total do estado, a participação da população rural mostrando-se muito maior nessa área do que a registrada para Santa Catarina na sua integralidade, sobretudo no que tange à Microrregião de São Miguel do Oeste, não obstante a acentuada queda registrada nas últimas décadas (Tabela 1).

Figura 1 – Mesorregião Oeste Catarinense e suas microrregiões



Fonte: elaboração própria sobre base cartográfica obtida em:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d4/SantaCatarina_Meso_OesteCatarinense.svg>

Tabela 1 – Santa Catarina, Mesorregião Oeste e respectivas microrregiões (MR): população total e rural nos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 (mil residentes)

Anos/População	1991			2000			2010		
	Popul. total	População rural		Popul. total	População rural		Popul. total	População rural	
		Nº	%		Nº	%		Nº	%
Santa Catarina	4.542,0	1.333,5	29,3	5.356,4	1.138,4	21,2	6.248,4	1.000,5	16,0
Mesorregião Oeste	1.051,1	518,1	49,3	1.116,8	414,1	37,1	1.200,7	340,1	28,3
MR Chapecó	340,5	168,3	49,4	361,1	128,3	35,5	405,1	106,1	26,2
MR Concórdia	130,6	73,6	56,4	137,9	60,3	43,7	142,0	48,6	34,2
MR Joaçaba	262,9	91,3	34,7	304,0	79,7	26,2	326,5	63,7	19,5
MR São M. Oeste	186,8	120,4	64,4	171,2	89,4	52,2	174,7	73,5	42,1
MR Xanxerê	130,3	64,5	49,5	142,3	56,4	39,6	152,5	48,2	31,6

Fonte: elaborado pelo autor com dados de IBGE (1991; 2000; 2010)

A elevada presença comparativa de população residindo em meio rural constitui um traço característico do território regional. Não é ocioso assinalar a compatibilidade de tal situação com o absoluto destaque do oeste em estabelecimentos agropecuários exibindo produção agroindustrial, conforme detectado no Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), o mais recente em

disponibilidade até o momento da elaboração deste trabalho. Naquele censo, a Mesorregião Oeste Catarinense concentrava quase 71% desses estabelecimentos atuando em todo o estado. A participação no que respeita aos estabelecimentos de agricultura familiar era ainda maior: quase 73%.

Caracterizar mais precisamente o território em foco exige sublinhar, contudo, a importância de Santa Catarina nas exportações brasileiras de carnes. Em suínos, as vendas catarinenses mais que sextuplicaram de 1999 a 2015 (Tabela 2). Ora, o oeste catarinense consiste na porção do território estadual mais implicada nas atividades que subjazem a esse desempenho: em 2015, por exemplo, essa área concentrou 78% dos 10 milhões de abates de suínos realizados no estado (SÍNTESE..., 2016).

Tabela 2 – Brasil: exportações de carnes suínas – 1999-2015 (US\$ mil FOB)

Regiões/estados	1999		2007		2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Norte	0	0	214,5	0,02	0	0
Tocantins	0	0	214,5	0,02	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0
Centro Oeste	2.270,9	2,0	114.170,2	9,8	197.523,3	16,9
Goiás	0	0	52.392,4	4,5	116.126,5	9,9
Mato Grosso	0	0	50.680,0	4,4	47.219,5	4,0
Mato G. do Sul	2.270,9	2,0	11.097,8	0,01	34.177,3	2,9
Sudeste	32,4	0,03	40.350,8	3,5	27.308,1	2,3
Espírito Santo	0	0	0	0	85,9	..
Minas Gerais	2,1	..	38.923,7	3,3	20.062,5	1,7
Rio de Janeiro	1,7	..	17,4	..	0	0
São Paulo	28,6	0,02	1.409,7	0,1	7.159,7	0,6
Sul	112.327,6	97,9	1.007.263,7	86,7	943.584,7	80,7
Paraná	12.090,2	10,5	58.964,7	5,1	132.395,0	11,3
Rio Grande do Sul	38.096,1	33,2	639.217,4	55,0	398.457,3	34,1
Santa Catarina	62.141,3	54,2	309.081,6	26,6	412.732,4	35,3
Brasil	114.741,9	100	1.162.044,7	100	1.168.415,1	100

Fonte: elaborado pelos autores com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
(<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>)

Obs.: os dados referem-se à Classificação SH 02.03 – Carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas ou congeladas

A tabela 3 permite a mesma observação sobre carnes de aves. O estado viu triplicarem os valores exportados entre 1999 e 2015, não obstante a grande queda da representatividade no plano nacional devido ao desempenho de outras regiões e estados. O papel do oeste catarinense no estado transparece na concentração, em 2015, de 78% dos 882 milhões de abates de frangos ocorridos em Santa Catarina (SÍNTESE..., 2016).

Essa forte presença da agroindústria de carnes é produto da história social e econômica do oeste catarinense, na qual se inscreve com destaque o processo de povoamento registrado desde o início do século XX, sobretudo após a Guerra do Contestado e o Acordo de Limites que, em 1916, encerrou a existente disputa de terras entre Santa Catarina e Paraná. Um imenso território com ocupação extremamente rarefeita, quase um vazio, viu multiplicarem-se os assentamentos de agricultores descendentes de europeus (alemães, italianos) vindos do noroeste do Rio Grande do Sul (GOULARTI FILHO, 2002; PAIM, 2006). Na reprodução das constituídas propriedades rurais

familiares, a suinocultura logo ganhou importância, sendo praticada em sistema de policultura (TESTA *et al.*, 1996): os resultados logrados guindaram o suíno à condição de centro de gravidade das atividades nessa escala (FERRARI, 2003).

Tabela 3 – Brasil: exportações de carnes de aves – 1999-2015 (US\$ mil FOB)

Anos	1999		2007		2015	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Norte	143,0	0,02	0	0	1.832,2	0,03
Rondônia	143,4	0,02	0	0	507,6	..
Tocantins	0	0	0	0	1.324,6	0,02
Nordeste	0	0	3.712,0	0,08	12.378,7	0,2
Bahia	0	0	2.281,7	0,05	11.550,5	0,2
Ceará	0	0	48,9	..	0	0
Paraíba	0	0	30,0	..	87,6	..
Pernambuco	0	0	1.351,4	0,03	740,6	..
Centro Oeste	15.921,6	1,7	529.819,0	12,1	970.281,2	15,2
Distrito Federal	0	0	60.132,7	1,4	138.818,7	2,2
Goiás	0	0	189.320,0	4,3	375.501,2	5,9
Mato Grosso	470,5	0,05	97.954,5	2,2	148.195,4	2,3
M. G. do Sul	15.451,1	1,7	182.411,8	4,2	307.765,9	4,8
Sudeste	18.635,4	2,0	532.595,0	12,2	681.342,3	10,7
Espírito Santo	5,7	..	97,6	..	1.693,2	0,03
Minas Gerais	2.791,1	0,3	192.098,3	4,4	321.353,9	5,0
Rio de Janeiro	59,3	0,01	187,7	..	0	0
São Paulo	15.779,3	1,7	340.211,4	7,8	358.295,2	5,6
Sul	885.988,8	96,2	3.294.110,4	75,5	4.713.053,6	73,9
Paraná	264.063,9	28,7	1.155.828,5	26,5	2.130.491,9	33,4
Rio G. do Sul	199.054,5	21,6	920.798,7	21,1	1.159.787,7	18,2
Santa Catarina	422.870,4	45,9	1.217.483,2	27,9	1.422.774,0	22,3
Brasil	920.948,1	100	4.360.425,6	100	6.378.887,9	100

Fonte: elaborado pelos autores com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
(<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>)

Obs.: os dados referem-se à Classificação SH 02.07 – Carnes e miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 01.05

Nos anos 1950, na esteira de experimento de empresa que atingiria liderança nacional em carnes, instalou-se na região sistema de integração entre abate/processamento, realizado na indústria, e criação dos animais, exclusividade das propriedades rurais. Esse modelo, designado “de integração”, se disseminou e fortaleceu ao longo do tempo. Por contrato, a criação ocorre segundo as determinações das indústrias de abate/processamento, que recolhem os animais nas propriedades em conformidade com temporalidade específica. Note-se que os suinocultores praticaram por anos o chamado ciclo completo, em que protagonizavam o controle sobre todo o processo. Embora comprassem itens como medicamentos, pagos às empresas no recolhimento dos animais, utilizavam amplamente insumos oriundos das próprias propriedades, com os benefícios de custo envolvidos.

A partir dos anos 1970, segundo Espíndola (1996), essa estrutura passou a representar aumento das exigências junto às unidades familiares envolvidas na suinocultura. As crescentes demandas diziam respeito a tecnologia, trabalho assalariado e qualidade/tamanho dos rebanhos. Recursos públicos voltados à tecnificação da produção (notadamente pelas importações de bens de

capital, mas envolvendo igualmente aprimoramento genético) mostraram importância nesse processo, do que resultou a constituição de um verdadeiro *cluster* suinícola: além das empresas agroindustriais e das propriedades rurais integradas, o aglomerado (desdobrado sobre várias cidades, como Chapecó e Concórdia, com as respectivas áreas de influência, e sobre uma miríade de municípios amplamente rurais), ostenta ações institucionais em ensino e pesquisa, coordenação e representação de interesses, e também diferentes atividades de apoio, além das empresas em setores industriais a montante, como em embalagens (SANTOS FILHO *et al.*, 1999). Claro que o papel das maiores agroindústrias (como Sadia e Perdigão, cuja fusão em 2009 resultou na Brasil Foods) foi marcante, expressando-se até em “gestão territorial”, pela repartição do espaço definida em sintonia com a distribuição das respectivas propriedades rurais integradas.

Já o setor avícola evoluiu, e com notável vigor, somente a partir dos anos 1960. O contexto registrava o interesse e a disposição de empresas que processavam carne suína em diversificar suas atividades, ampliando o leque de oferta. Vale assinalar que recursos públicos voltados à modernização agroindustrial no país foram muito utilizados nesse processo (BELUSSO; HESPANHOL, 2010).

O movimento geral relativo à avicultura contrastou com o da suinocultura, pois a criação de aves nas propriedades para suprir a indústria já surgiu em sistema de integração. Isso significa que o controle exercido pelas empresas industriais sobre todo o processo produtivo – incidindo até na criação de matrizes, no fornecimento de aves recém nascidas às propriedades rurais para manejo até a idade do abate, na produção de ração, na assistência técnica e no transporte – marca a atividade desde os seus primeiros passos. Aos produtores rurais, de fato, cabia (cabe) a engorda, praticada em estrito acordo com as determinações empresariais (LAZZARI, 2004).

Nesse percurso, o que historicamente constituía uma atividade de escassa expressão na região – a criação de aves – logo adquiriu grande importância econômica e passou a marcar o oeste catarinense, incorporando-se aos traços ou aspectos do território (ALVES; WEYDMANN, 2008). O desempenho exportador das carnes de aves, direcionadas para mercados em diferentes regiões do planeta, é um importante fator da proeminência atingida. Investimentos tecnológicos pontuaram a trajetória exibida, com diversificação que representou importantes avanços em genética, nutrição e sanidade, e, no processamento e beneficiamento, em ampliação da oferta de itens com maior valor agregado, como embutidos e pratos semiprontos ou prontos para consumo.

Esse quadro geral encontra tradução, de algum modo, no tamanho dos rebanhos de suínos e aves na região. A tabela 4 informa sobre isso para período de $\frac{1}{4}$ de século desde 1990, assinalando a participação de Santa Catarina e da Mesorregião Oeste nos totais nacionais.

O oeste catarinense agroindustrial, cintilante na geografia da produção e exportação de carnes, foi moldado, portanto, em longa trajetória. Atributos enfeixados numa certa ruralidade ancestral, representando traço a um só tempo social, econômico e cultural, favoreceram esse percurso. Essa

dinâmica ganhou intensidade com o aproveitamento daquelas características pelo grande capital, de origem regional mas impulsionado seja pelo comportamento de mercados amplamente extralocais (nacionais e internacionais), seja pelas oportunidades relacionadas à disponibilidade de recursos públicos, além dos avanços tecnológicos incorporados em bens de capital e das inovações propiciadas pelas realizações em ciência e tecnologia no Brasil e, talvez sobretudo, no exterior. Digno de nota é que, no caminho trilhado, produtores rurais e suas famílias tornaram-se praticamente “extensões” das estruturas corporativas ao serem integrados como esferas de criação de animais para abate.

Tabela 4 – Brasil, Santa Catarina e Mesorregião Oeste: efetivos dos rebanhos suínos e de aves (números de cabeças): 1990-2015

	Brasil		Santa Catarina		Mesorregião Oeste	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Suínos						
1990	33.623.186	100	3.330.516	9,9	2.217.430	6,6
1995	36.062.103	100	4.404.480	12,2	3.056.931	8,5
2000	31.562.111	100	5.093.888	16,1	3.788.836	12,0
2005	34.063.934	100	6.309.041	18,5	4.868.346	14,3
2010	38.956.758	100	7.817.536	20,1	5.945.042	15,3
2015	40.332.553	100	6.792.724	16,9	4.543.099	11,3
Aves						
1990	546.235.505	100	66.636.309	12,2	51.401.700	9,4
1995	729.531.299	100	84.146.740	11,5	61.534.354	8,4
2000	842.740.173	100	123.740.489	14,7	90.770.113	10,8
2005	999.041.234	100	156.339.440	15,6	114.428.936	11,4
2010	1.238.912.537	100	173.767.575	14,0	117.961.302	9,5
2015	1.332.078.050	100	145.153.142	10,9	103.095.353	7,7

Fonte: elaborado pelo autor com dados de IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939#resultado>

É difícil resistir, aludindo a tal trajetória, ao apelo incrustado na abordagem de Marx (1987) sobre a “subsunção do trabalho no capital”: o autor propõe falar nesses termos quando “O trabalho ontem independente cai, como fator do processo produtivo, sob a sujeição do capitalista que o dirige, e a sua própria ocupação depende de um contrato [...]” (MARX, 1987, p. 88). Quando a subsunção é “real” (e não somente “formal”), “Desenvolvem-se as *forças produtivas sociais do trabalho* e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata.” (MARX, 1987, p. 105 – grifo do autor).

4 Mudanças na agroindústria de carnes, percepção de crise e busca de alternativas

O processo de modernização da agroindústria de carnes do oeste catarinense revelou-se seletivo e excludente, nutrindo percepção, incrustada no tecido social e político desde pelo menos a década de 1990, de que se vivenciava inquietante quadro de crise na região. De fato, pesquisa realizada em 1999 junto a dezenas de agentes públicos e privados em treze municípios da área, constatou ser disseminado o entendimento de que a situação era grave (THEIS; NODARI, 2000) e

que subjacentes aos problemas figuravam alterações no sistema produtor de carnes. Estavam em questão, assim, mudanças na esfera da produção e seus reflexos socioespaciais no oeste catarinense.

4.1 Reestruturação e reorganização da agroindústria de carnes do oeste catarinense

As exigências dos mercados internacionais, refletindo até mudanças de cunho sociológico no consumo de alimentos – com repercussões, por exemplo, nas atividades da cadeia de produção e comercialização de hortigranjeiros interligando a Europa e a África Subsaariana (DOLAN; HUMPHREY, 2000) –, e as pressões da concorrência, forçaram as empresas de abate e processamento de carnes do oeste catarinense a atualizar a tecnologia, inovar em produto (com diversificação) e rever a organização da produção, incluindo o sistema de integração. À medida que estas incorporavam tecnologia e ganhavam mercados de exportação, cresciam as suas pressões sobre os produtores rurais integrados. Na suinocultura, Coletti e Lins (2011, p. 348) assinalaram que estes passaram a enfrentar crescentes imposições a respeito de “[...] instalações e equipamentos, de relações com o mercado e com as empresas agroindustriais e também de quantidade produzida para fins comerciais.” Muitos produtores não conseguiram atender às novas exigências, sendo desligados dos vínculos de integração.

As dificuldades amargadas redundaram, em diversos casos, em abandono da atividade e na venda da propriedade, cevando a concentração no setor (PLEIN, 2006). Em vários municípios do oeste catarinense, tudo isso nutriu movimentos de emigração, mostrando eloquência o fato de, entre os censos demográficos de 1991 e 2010, 178 mil residentes terem sido suprimidos do meio rural na Mesorregião Oeste Catarinense, um recuo de 34%. Com efeito, foi de saída generalizada de população o quadro constatado por Miotto (2008) no grande oeste catarinense, mediante cálculos sobre o saldo migratório e a taxa líquida de migração, para o período 2000-2007.

A reestruturação produtiva, relacionada ao menos em parte com mudanças mais gerais no setor agroalimentar e com os desafios e oportunidades da globalização, afetando o sistema de integração – redução dos produtores rurais integrados às empresas –, encapsulou o essencial da transformação na base produtiva regional, raiz da percepção de que se vivenciava uma grave crise em meados dos anos 1990. Mas havia igualmente um componente ambiental na sensação de crise. Em diferentes municípios prevalecia situação de comprometimento dos mananciais de água, em razão da maior escala produtiva favorecida pela concentração da produção em propriedades maiores. O nível de contaminação superava o limite aceito internacionalmente, e guardava relação com problemas de estocagem dos dejetos nas esterqueiras, entre outras razões (ASSIS; MURATORI, 2007).

Causavam preocupação, igualmente, os investimentos das principais agroindústrias da região em outros estados do Brasil. Na esteira de alertas como a do estudo de Helfand e Rezende (1999), chegou-se a falar em desindustrialização regional. Por exemplo, a empresa Perdigão (depois fundida

com a Sadia) instalou um grande complexo no sudoeste de Goiás no final dos anos 1990 (LINS; GOULART, 2013) e a Sadia projetou-se em localizações no Mato Grosso e em Pernambuco. Tais movimentos representaram elevação nos níveis médios de modernização tecnológica junto aos produtores integrados, como indicado pela comparação realizada por França, Souza e Moraes (2007) sobre a incidência de atividades manuais e de tecnologia de climatização nos integrados à antiga Perdigão, em Videira (SC), berço da empresa, e nos integrados à planta de Rio Verde (GO), espaço de “deslocalização” de importantes atividades da empresa.

Essa projeção extrarregional alcançou o plano internacional, e os avanços nesse sentido repercutiram fortemente na cadeia da carne de frango brasileira, impulsionando o desenvolvimento das correspondentes atividades no país, como ressaltam Veiga e Rios (2016). Indissociável de processos mais gerais na economia mundial, como a disseminação e o aquecimento da demanda pelos respectivos produtos, essa projeção exhibe como fase mais recente a instalação de atividades de processamento em outros países. Por exemplo, no início de 2017, a Brasil Foods anunciou a compra da Banvit, empresa líder no segmento de carne de frango na Turquia (BRF..., 2017).

Contudo, as empresas não deixaram de investir no oeste catarinense, o que representou manutenção, de certo modo, da estrutura industrial da região. Os dados sobre empregos formais entre 1995 e 2015 e o desempenho exportador anteriormente assinalado são eloquentes a esse respeito. De fato, a tabela 5 mostra que o emprego formal no abate de aves e animais pequenos e na preparação de produtos de carnes exibiu comportamento expansivo (embora oscilante), tendo a participação do oeste no estado como um todo permanecido alta, apesar do recuo entre 1995 e 2015. Note-se que esses dados não incluem o plano informal, e, desse modo, não registram a presença da mão de obra familiar, por exemplo. Em segmentos nos quais é forte a presença desse contingente – como em vários da chamada produção colonial –, a imagem retratada corresponde somente ao “piso” da situação.

Tabela 5 – Santa Catarina, Mesorregião Oeste Catarinense e respectivas microrregiões (MR): empregados formais no abate de aves e de outros pequenos animais e na preparação de produtos de carne – 1995-2015

	1995		2000		2005		2010		2015	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Santa Catarina	16.837	100	17.131	100	30.006	100	25.610	100	25.644	100
Mesorregião Oeste	13.844	82,2	15.313	89,4	24.883	82,9	17.010	66,4	19.708	76,8
MR Chapecó	6.983	41,5	5.449	31,8	9.396	31,3	8.696	34,0	9.816	38,3
MR Concórdia	4.619	27,4	4.877	28,5	7.364	24,5	2.425	9,5	2.759	10,8
MR Joaçaba	29	0,2	3.390	19,8	5.406	18,0	0	0	357	1,4
MR São M. do Oeste	4	0,02	1	..	2.705	9,0	3.215	12,5	2.587	10,1
MR Xanxerê	2.209	13,1	1.596	9,3	12	0,04	2.674	10,4	4.189	16,3

Fonte: elaborado pelo autor com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>

Obs.: os dados correspondem ao código 15121 da CNAE 95 Classe

Diferente é o desempenho das atividades de preparação de carne, banha e salsicharia não vinculada ao abate, com forte declínio geral dos empregados formais desde meados dos anos 2000

(Tabela 6). Nessas atividades é expressivo o envolvimento de estabelecimentos menores, sugerindo que por trás da queda observada podem figurar problemas enfrentados por empresas de menor porte.

Tabela 6 – Santa Catarina, Mesorregião Oeste Catarinense e respectivas microrregiões (MR): empregados formais na preparação de carne, banha e produtos de salsicharia não associada ao abate – 1995-2015

	1995		2000		2005		2010		2015	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Santa Catarina	2.698	100	2.288	100	2.758	100	604	100	756	100
Mesorregião Oeste	1.160	43,0	1.548	67,7	1.376	49,9	217	35,9	308	40,7
MR Chapecó	1.072	39,7	1.055	46,1	807	29,3	42	6,9	20	2,6
MR Concórdia	0	0	3	0,1	38	1,4	38	6,3	9	1,2
MR Joaçaba	16	0,6	490	21,4	472	17,1	1	0,2	80	10,6
MR São M. do Oeste	68	2,5	0	0	7	0,2	0	0	0	0
MR Xanxerê	4	0,1	0	0	52	1,9	136	22,5	199	26,3

Fonte: elaborado pelo autor com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>

Obs.: os dados correspondem ao código 15130 da CNAE 95 Classe

A tabela 7 apresenta dados sobre a produção de laticínios, que se expandiu vertiginosamente no oeste do estado, refletindo o quanto o setor lácteo constitui opção frente à exclusão de muitos produtores dos vínculos com as agroindústrias. A produção de leite passou a representar alternativa à crise ligada às transformações na agroindústrias de carne em numerosas propriedades rurais, talvez em quase todas, porque sua existência era disseminada (mesmo que em pequena escala ou para consumo familiar) e acenava com potencial de regularidade no ingresso de receita (TESTA *et al.*, 2003). Como efeito geral, a região tornou-se a principal produtora em Santa Catarina: em 2014, nada menos que $\frac{3}{4}$ dos 2.983 milhões de litros produzidos no estado originaram-se na Mesorregião Oeste Catarinense (SÍNTESE..., 2016).

Tabela 7 – Santa Catarina, Mesorregião Oeste Catarinense e respectivas microrregiões (MR): empregados formais na fabricação de produtos do laticínio – 1995-2015

	1995		2000		2005		2010		2015	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Santa Catarina	1.634	100	1.502	100	2.360	100	3.764	100	4.907	100
Mesorregião Oeste	467	28,6	564	37,5	1.191	50,5	2.536	67,4	3.607	73,5
MR Chapecó	145	8,9	115	7,7	178	7,5	841	22,3	1.115	22,7
MR Concórdia	35	2,1	61	4,1	75	3,2	316	8,4	244	5,0
MR Joaçaba	148	9,1	195	13,0	397	16,8	603	16,0	1.110	22,6
MR São M. do Oeste	113	6,9	159	10,6	403	17,1	514	13,7	815	16,6
MR Xanxerê	26	1,6	34	2,3	138	5,8	262	7,0	323	6,6

Fonte: elaborado pelo autor com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>

Obs.: os dados correspondem ao código 15423 da CNAE 95 Classe

4.2 Busca de alternativas: agroindústrias rurais familiares e redes de cooperação

Em face do que se percebia como crise, floresceram no oeste catarinense ações caracterizadas por condutas típicas de uma, por assim dizer, cultura rural ou ruralidade. Aspecto a destacar é o binômio solidariedade-reciprocidade, como mutirões e outras práticas coletivas que haviam pontilhado a rotina dos colonizadores. A continuidade da tradição associativa foi ajudada pela própria religiosidade da população, manifestada desde os primórdios na assiduidade aos cultos e às atividades

sociais das igrejas ou capelas dos municípios. Encontros frequentes e trocas de experiências foram assim oportunizados, estimulando ações conjuntas para o equacionamento de problemas (POLI, 2002). Ligada à história local, essa tradição representa um atributo do oeste catarinense, constituindo, talvez, um aspecto ou um traço da sua identidade.

De fato, as relações comunitárias nutriram busca de alternativas que incluíram iniciativas de associação/cooperação. Destacaram-se nesse processo, entre outros, os serviços de extensão rural, que desde os anos 1980 promoviam ações coletivas entre agricultores, resultando, por exemplo, em “condomínios” de suinocultura. Ações desse tipo, com alcances e desenhos variados, foram observadas em muitos municípios, segundo Schmidt *et al.* (2002).

Esse é o contexto de um importante resultado testemunhado localmente: a multiplicação de agroindústrias rurais familiares e redes de cooperação, com associações, condomínios e cooperativas, por ações de grupos que procuraram buscar alternativas na própria região. A tabela 8 mostra a incidência, em 2010, dessas ações no oeste catarinense e em escala estadual, detectada em pesquisa da EPAGRI (MARCONDES *et al.*, 2012). O oeste catarinense como um todo abrigava 44,1% dessas agroindústrias e mais da metade dessas redes de cooperação operando no estado, mostrando-se especialmente alta a concentração de cooperativas e associações.

Tabela 8 – Santa Catarina e Oeste catarinense: agroindústrias rurais familiares e redes de cooperação (associações, condomínios e cooperativas) – 2010^(*)

		Santa Catarina		Meio Oeste		Oeste		Extremo Oeste		Total do oeste		
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Agroindústrias rurais familiares	Nº	1.894	100	341	18,0	234	12,3	261	13,8	836	44,1	
	%	79,2		81,8		82,7		63,8		75,4		
Redes de cooperação	Associações	Nº	263	100	7	2,7	18	6,8	107	40,7	132	50,2
		%	11,0		1,7		6,4		26,2		11,9	
	Condomínios	Nº	28	100	1	3,6	1	3,6	8	28,6	10	35,7
		%	1,2		0,2		0,3		1,9		0,9	
	Cooperativas	Nº	205	100	68	33,2	30	14,6	33	16,1	131	63,9
		%	8,6		16,3		10,6		8,1		11,8	
Total de redes	Nº	496	100	76	15,3	49	9,9	148	29,8	273	55,0	
	%	20,7		18,2		17,3		36,2		24,6		
Total de empreendimentos	Nº	2.390	100	417	17,4	283	11,8	409	17,1	1.109	46,4	
	%	100		100		100		100		100		

Fonte: Marcondes, Mior, Reiter e Mondardo (2012), p. 7 e 27

(*) A divisão região do oeste catarinense refere-se às Unidades de Gestão Técnica (UGT) da EPAGRI: UGT 1: Oeste Catarinense, UGT 2: Meio Oeste Catarinense, UGT 9: Extremo-Oeste Catarinense

Perseguir pluriatividade e agregação de valor nas pequenas propriedades foi estratégico nessa espécie de reconversão, refletindo-se no crescimento do número de queijarias, abatedouros e panificadoras, entre outras atividades cujos produtos incluem ainda conservas, doces, biscoitos, açúcar mascavo e sucos. Pela referida pesquisa da EPAGRI, quase metade do valor assim produzido, em escala estadual, refere-se aos seguintes tipos de produtos: leite e derivados, frutas e derivados, suínos e derivados e massa/panificação. A produção envolve mão de obra sobretudo familiar e tem o

apoio de instituições como a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (MIOR, 2005; KUNZLER; BADALOTTI, 2014). Nas redes de cooperação, os objetivos mais importantes são, conforme o levantamento efetuado, a venda de produtos processados e de produtos agrícolas e a compra de insumos (MARCONDES et al., 2012).

Essa produção colonial, que cresceu sobretudo em propriedades excluídas dos vínculos de integração agroindustrial, tem mirado o mercado local ou regional e informal. Sobre o segmento de leite e derivados, Wilkinson e Mior (1999, p. 38) consideram ser “[...] um mundo de produção e consumo que combina produção própria, venda entre vizinhos e colocação em diversos pontos de vendas [...], muitas vezes como prolongamento de laços pessoais e de parentesco.” Merece realce que, além de representarem alternativas para agricultores, essas ações ajudam a manter atividades tradicionais e históricas, protagonizadas desde o início da colonização, segundo Dorigon (2010).

A expansão dessas atividades é sugerida nas tabelas 9 e 10, que mostram dados para empregados formais e estabelecimentos na Mesorregião Oeste Catarinense, entre 1995 e 2015, em atividades destacadas nesse processo. Como essas iniciativas concernem mormente o âmbito familiar, a imagem – restrita ao trabalho formal – é bastante incompleta, mas desperta interesse porque as agroindústrias rurais familiares também empregam mão de obra, segundo Kunzler e Badalotti (2014) e Marcondes *et al.* (2012). A tabela 9 refere ao abate de aves e outros pequenos animais e à preparação de produtos de carne. O número de unidades com até 99 empregados é estável, e crescente entre as de médio e grande porte; os empregados diminuíram nas menores e aumentaram nas maiores. O peso das grandes agroindústrias não arrefeceu, apesar dos investimentos extrarregionais: o volume de empregados nos maiores estabelecimentos mostra ampliação.

A tabela 10 focaliza segmento de grande presença nas agroindústrias familiares rurais: a fabricação de produtos do laticínio. Predominam os pequenos estabelecimentos, e mesmo os muito pequenos: entre 1995 e 2015, triplicaram aqueles de até 19 empregados e dobraram os de 20 a 49 empregados. No emprego os estabelecimentos de média e grande dimensão aumentaram a presença.

Na cadeia do leite, como em outros setores, a maior parte do trabalho diz respeito às propriedades familiares. Mesmo assim, o aumento da presença de estabelecimentos maiores na fabricação de produtos do laticínio sugere mudanças em atividade que emergiu como opção frente às adversidades vivenciadas na região. Por trás estaria o marco regulatório representado pela Instrução Normativa 51 (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), em vigor desde julho de 2007: restringindo a participação de produtores não especializados, pelas exigências em tecnologia e outras, as novas regras suscitaram inquietações, no oeste catarinense, sobre a exclusão de propriedades incapazes de arcar com os custos da adequação (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Tabela 9 – Mesorregião Oeste Catarinense: número de empregados formais e de estabelecimentos, por tamanho de estabelecimento, em abate de aves e outros pequenos animais e em preparação de produtos de carne – 1995-2015

	1995		2000		2005		2010		2015	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Número de empregados formais por tamanho de estabelecimento										
Até 19 empr.	49	0,4	35	0,2	18	0,07	30	0,2	17	0,09
20 a 49 empr.	61	0,4	41	0,3	21	0,08	38	0,2	32	0,2
50 a 99 empr.	0	0	0	0	98	0,4	0	0	215	1,1
100 a 249 emp.	196	1,4	143	0,9	320	1,3	443	2,6	447	2,3
250 a 499 emp.	0	0	365	2,4	345	1,4	823	4,8	263	1,3
500 a 999 emp.	926	6,7	1.670	10,9	1.670	6,7	759	4,5	1.967	10,0
1000 ou + emp.	12.612	91,1	13.059	85,3	22.411	90,1	14.917	87,7	16.767	85,1
Total	13.844	100	15.313	100	24.883	100	17.010	100	19.708	100
Número de estabelecimentos por tamanho de estabelecimento										
Até 19 empr.	8	50,0	8	47,0	9	40,9	7	35,0	7	26,9
20 a 49 empr.	2	12,5	1	5,9	1	4,5	1	5,0	1	3,8
50 a 99 empr.	0	0	0	0	1	4,5	0	0	3	11,5
100 a 249 emp.	1	6,25	1	5,9	2	9,1	3	15,0	3	11,5
250 a 499 emp.	0	0	1	5,9	1	4,5	2	10,0	1	3,8
500 a 999 emp.	1	6,25	2	11,8	2	9,1	1	5,0	3	11,5
1000 ou + emp.	4	25,0	4	23,5	6	27,3	6	30,0	8	30,9
Total	16	100	17	100	22	100	20	100	26	100

Fonte: elaborado pelo autor com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>

Obs.: os dados correspondem ao código 15121 da CNAE 95 Classe

Tabela 10 – Mesorregião Oeste Catarinense: número de empregados formais e de estabelecimentos, por tamanho de estabelecimento, na fabricação de produtos do laticínio – 1995-2015

	1995		2000		2005		2010		2015	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Número de empregados formais por tamanho de estabelecimento										
Até 19 empr.	141	30,2	175	31,0	193	16,2	254	10,0	236	6,5
20 a 49 empr.	121	25,9	77	13,6	203	17,0	217	8,6	261	7,2
50 a 99 empr.	63	13,5	123	21,8	133	11,2	516	20,3	289	8,0
100 a 249 empr.	142	30,4	189	33,5	341	28,6	810	31,9	1.078	29,9
250 a 499 empr.	0	0	0	0	321	26,9	739	29,1	960	26,6
500 a 999 empr.	0	0	0	0	0	0	0	0	783	21,7
1000 ou + empr.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	467	100	564	100	1.191	100	2.536	100	3.607	100
Número de estabelecimentos por tamanho de estabelecimento										
Até 19 empr.	16	72,7	27	81,8	31	70,4	43	67,2	49	66,2
20 a 49 empr.	4	18,2	3	9,1	8	18,2	7	10,9	8	10,8
50 a 99 empr.	1	4,5	2	6,1	2	4,5	7	10,9	5	6,8
100 a 249 empr.	1	4,5	1	3,0	2	4,5	5	7,8	8	10,8
250 a 499 empr.	0	0	0	0	1	2,3	2	3,1	3	4,0
500 a 999 empr.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1,4
1000 ou + empr.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	22	100	33	100	44	100	64	100	74	100

Fonte: elaborado pelo autor com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>

Obs.: os dados correspondem ao código 15423 da CNAE 95 Classe

Seja como for, o significado das agroindústrias rurais familiares e redes de cooperação chamou a atenção até no plano internacional. Entre 2010 e 2016 foi executado o Programa Santa Catarina Rural, conhecido como SC Rural, uma parceria entre o Banco Mundial e o governo catarinense. O objetivo básico era aumentar a renda nas propriedades rurais, mediante iniciativas abrangendo promoção de cooperativismo e associativismo e de turismo rural, entre outras, conforme

o *site* do programa na internet (www.scrural.sc.gov.br). Em agosto de 2016, a EPAGRI/CEPA divulgou uma avaliação das consequências do programa, baseada em pesquisa direta conduzida em 2015 em numerosos municípios, a grande maioria no grande oeste catarinense. Em regra, constataram-se resultados positivos, como elevação no valor das vendas e na qualidade dos produtos, assim como melhorias em armazenagem e logística, embora ainda persistissem problemas carentes de um adequado equacionamento (AVALIAÇÃO..., 2016).

4.3 Iniciativas no plano institucional e no âmbito dos movimentos sociais

Iniciativa estratégica em face dos problemas amargados no grande oeste catarinense envolveu a criação, em 1995, do Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRI), no contexto da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC). O FDRI adquiriu particular vitalidade, ampliando a sua capacidade de atuação, com o surgimento do Instituto de Desenvolvimento Regional – SAGA, braço operacional do fórum destinado a promover a integração das organizações sociais e econômicas da área, planejar e executar ações de desenvolvimento e contribuir no estímulo à economia.

Foram diversas as instituições envolvidas nos projetos do FDRI/SAGA. Tais projetos englobaram, notadamente, iniciativas como o consórcio e tutela sobre produtos agrícolas regionais, marca regional para produtos, observatório econômico e ações ligadas à oferta de crédito e capacitação profissional. O projeto referente à marca regional, representando possibilidade de uso em produtos agrícolas ou agropecuários sob a exigência da adoção de disciplinares de produção por agricultores e beneficiadores, parece ter logrado especial repercussão. A marca guarda-chuva, o acesso à qual é franqueado pela adesão às diretivas de produção, é Castalia, pertencente ao SAGA. No *site* dessa instituição diz-se que a produção e a certificação de produtos orgânicos se distinguem nas suas ações (SAGA, 2017), não surpreendendo o destaque atribuído ao seu papel na promoção das agroindústrias rurais familiares (BRDE, 2004).

Cabe assinalar que as operações do FDRI/SAGA, e também o reconhecimento da sua importância, não se limitaram ao âmbito regional. Por exemplo, em 2001 a instituição se envolveu no Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, do governo federal, implicando centenas de municípios nos três estados da Região Sul (TERMO DE CONVÊNIO..., 2001). De fato, o SAGA participou de vários programas e projetos, atingindo projeção que fez a sua experiência ser indicada como das mais notáveis em Santa Catarina, conforme Birkner (2006), além de ser mencionada como exemplo de cooperação entre instituições regionais no Brasil (ABRAMOVAY, 2000).

Entretanto, Dias (2012) observou que as ações do FDRI foram, no mínimo, inibidas pelo modelo administrativo adotado pelo governo de Santa Catarina a partir de 2003, relativo às

Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), tornadas Agências de Desenvolvimento Regional em 2016. Com efeito, por causa de procedimento governamental que criou recortes regionais mais ou menos próprios e não deixou de permitir medidas institucionais conflitantes nessa escala (DAMO, 2006), o modelo de gestão – e, como divulgado oficialmente, de promoção do desenvolvimento regional – associado às SDR representou a ocupação, em boa medida, do espaço institucional dos fóruns regionais (FILIPPIM; ABRUCIO, 2010), uma consequência deplorada em vários meios. Mesmo assim, o Instituto SAGA permaneceu em atividade, a julgar pelas informações disponíveis na sua página na internet (SAGA, 2017).

Ainda sobre iniciativas de cunho institucional, vale mencionar movimentos recentes com vistas a disseminar no oeste catarinense a presença e o funcionamento de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e de Centrais de Geração Hidráulica (CGHs), aproveitando a grande disponibilidade de recursos hídricos e o relevo favorável. No município de Águas Frias, próximo de Chapecó, foi criada uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) – a SPE Brasil Sul Energia – que visa envolver como sócios os proprietários rurais cujas terras possam ser utilizadas, ao menos parcialmente, para as necessárias instalações (MAGRI, 2018). Por lubrificar processo que, de outro modo, tende a ser moroso devido a eventuais desapropriações, arregimentar agricultores interessados constitui etapa estratégica para que os projetos sejam aprovados junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o órgão regulador correspondente. Terras atingidas por barragens seriam permutadas por cotas nos empreendimentos, tornando associados os proprietários, e a necessidade de implicar numerosos agricultores estaria a conferir uma roupagem coletiva e até colaborativa aos procedimentos em questão.

Na esfera dos movimentos sociais, de sua parte, importantes ações de natureza cooperativista ou associativista, no oeste catarinense, referem-se ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Deste a sua criação, no começo dos anos 1980, esse movimento sempre precisou enfrentar os tipos de problemas que afetam as atividades dos agricultores pobres, razão pela qual adotou a cooperação agrícola como uma de suas estratégias, prática que lhe permitiu posição de realce no mundo rural catarinense, e, no interior deste, especialmente na região oeste.

Várias associações de produtores foram criadas nos assentamentos do MST, envolvendo ações de serviços públicos de extensão rural e de sindicatos de trabalhadores rurais (SCHMIDT *et al.*, 2002). Em algumas iniciativas transcendeu-se a busca da sobrevivência como escopo básico das medidas e se progrediu para estruturas mais fortes no tocante à atuação econômica, com seus resultados. Constitui ilustração a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste (Cooperoeste), criada por assentados do MST em São Miguel do Oeste. Essa cooperativa fez surgir a Laticínios Terra Viva, produzindo leite tipo C, leite longa vida, bebidas lácteas, creme de leite e

queijos, com matéria prima canalizada de numerosos agricultores, uma estrutura representativa da geração de dezenas de empregos.

Já no seu início, nos anos 1990, a Laticínios Terra Viva era referida como ilustração positiva das ações possíveis em assentamentos do MST, inclusive pelo fato de seus produtos terem rompido os limites dos mercados locais. Enfeixou-se na progressão experimentada o aproveitamento de oportunidades, como a relativa ao “[...] contrato de parceria com uma cooperativa uruguaia que produz 2,5 milhões de litro de leite por dia [...]. Foram oficializadas também parcerias com a Laticínios Cedrense e com a Cooperativa Regional Auriverde.” (EX-SEM-TERRA..., 2002). Resultados desse tipo estimularam outros assentamentos do MST a industrializar o leite. Atualmente, a marca Terra Viva Produtos da Reforma Agrária aparece em dezoito produtos (não restritos ao leite e seus derivados), comercializados nas regiões Sul e Centro Oeste do país (TERRA..., 2016).

5 Considerações finais

Concebido em sintonia com postura analítica que considera as mudanças locais ou regionais (envolvendo, por exemplo, expansão ou declínio econômico) como reflexos ou consequências, em maior ou menor grau, de processos ocorrendo em escalas mais amplas – processos ligados à própria dinâmica capitalista em termos gerais, mas envolvendo sobretudo o que ocorre na produção –, este estudo focalizou os movimentos protagonizados no grande oeste de Santa Catarina desde, pelo menos, a década de 1990. Naquele período, a percepção de que se enfrentava uma importante crise nesse território e que era necessário lidar com tal quadro, enraizou-se e teve desdobramentos.

Evitando abordagem que representasse reificação, procurou-se argumentar que a situação observada tinha a ver com as mudanças na produção de carnes (suínos, aves) realizadas por empresas de grande porte e destaque nacional, com presença em mercados de exportação. Transformações no grande setor agroalimentar em nível mundial, inclusive a reboque de novos desejos e hábitos de consumo, paralelamente a avanços tecnológicos em várias direções e a maiores pressões por competitividade, no contexto da globalização, repercutiram no sistema de integração entre as empresas de abate e processamento e os pequenos proprietários rurais (a quem era e é atribuída a criação dos animais, sob o rígido comando das primeiras). As empresas tenderam a manter nesses vínculos os proprietários rurais mais capazes de cumprir com as novas e mais intensas exigências, e o desligamento de numerosas propriedades, acompanhado por investimentos das grandes empresas fora da região, lubrificou o terreno para que a expressão “crise regional” tivesse trânsito praticamente livre no oeste catarinense.

Cabe notar, adotando perspectiva histórica, que processos ou alterações na esfera produtiva influenciaram a percepção tanto da pujança regional quanto, posteriormente, da crise. O sistema de, por assim dizer, integração agricultor-frigorífico representou mudança nessa natureza no oeste

catarinense: o crescimento da agroindústria de carnes regional é indissociável da disseminação dessa forma de organizar a produção. E a reestruturação (desde os anos 1990) das atividades das agroindústrias, afetando os vínculos de integração devido à modernização tecnológica e organizacional, incluindo a busca de vantagens logísticas e as investidas produtivas em outras áreas do país (e também no exterior), inoculou forte inquietação em torno das possibilidades locais, a ponto de refletir na dinâmica demográfica.

Sublinhe-se que, na expansão do sistema de integração ou nas suas mudanças, é de relações sociais que se trata. Na história regional, o capital agroindustrial – de algum modo corporificado nos proprietários e dirigentes das empresas, por exemplo – envolveu pequenos proprietários rurais como “extensões” na atividade de industrializar carnes. Desde os anos 1990, esse capital reestruturou tal atividade e atingiu muitos pequenos proprietários ao endurecer a seleção e, assim, excluir. Se cabia falar em crise, em face das adversidades, não se tratava de crise do oeste catarinense. Os problemas referiam-se ao dramático encolhimento das possibilidades de reprodução social junto a uma das camadas da grande estrutura agroindustrial montada e modelada na trajetória da região.

A multiplicação das práticas ao estilo das agroindústrias rurais familiares e das redes de cooperação, no âmbito (ou não) de movimentos sociais como o MST ou promovidas (ou não) por instituições como o FDRI/SAGA, não deve ser vista como resposta ou reação regional às adversidades. O oeste catarinense não configura, é claro, um bloco monolítico quanto às relações sociais, e aquelas condutas e atitudes incidiram (e incidem) em recorte formado por pequenos proprietários rurais, pequenos empreendedores em escala comunitária e mesmo despossuídos de terra ou recursos financeiros, estribadas, em maior ou menor amplitude, na atuação de instituições criadas localmente para auxiliar na descoberta e exploração de novas possibilidades no próprio território, e, portanto, para promover o desenvolvimento, como costumeiramente se fala.

Seja como for, guardando fidelidade com perspectiva analítica que vincula processos locais ou regionais a processos estruturais ou gerais, cabe ressaltar que – em todas as realidades, pode-se dizer – as iniciativas tentadas localmente em face dos infortúnios tendem a se defrontar frequentemente com forças em operação em outras escalas. Isso vale para considerações sobre a economia e a política, e há de fazer pensar sobre as margens de manobra ou os graus de liberdade disponíveis ao nível dos territórios, quaisquer que sejam, entre eles o grande oeste catarinense.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- ARRIGHI, G.; BARR, K.; HISAEDA, S. A transformação da empresa capitalista. In: ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2001, p. 107-159.

- ALVES, J. M. de S.; WEYDMANN, C. L. Cadeia produtiva avícola. In: CARIO, S. A. F.; PANCERI, R.; FLAUSINO, E. S.; BITTENCOURT, M.; MONTIBELLER FILHO, G. CAVALCANTI, P. R. (Orgs.). *Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva*. Blumenau: Nova Letra, 2008, p. 385-403.
- ASSIS, F. O.; MURATORI, A. M. Poluição hídrica por dejetos de suínos: um estudo de caso na área rural do município de Quilombo, Santa Catarina. *Geografar*, v. 2, n. 1, p. 42-59, jan./jun. 2007. Obtido em: www.ser.ufpr.br/geografar Acesso em: 10 jan. 2017.
- AVALIAÇÃO de impacto dos empreendimentos de agregação de valor: Programa Santa Catarina Rural. Florianópolis: EPAGRI/CEPA, 2016.
- BELUSSO, D.; HESPANHOL, A. N. A evolução da avicultura industrial brasileira e seus efeitos territoriais. *Revista Percurso – NEMO*, v. 2, n. 1, p. 25-51, 2010.
- BIRKNER, W. M. K. *Capital social em Santa Catarina: o caso dos fóruns de desenvolvimento regional*. Blumenau: Edifurb, 2006.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII*. V. 2: Os jogos das trocas. São Paulo, 1998.
- BRDE – BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. Redes de agroindústrias de pequeno porte: experiências de Santa Catarina. Florianópolis: BRDE, 2004.
- BRF compra a líder em carne de frango na Turquia. *Diário Catarinense*, p.13, 10 jan. 2017.
- CARNEY, J.; HUDSON, R.; LEWIS, J. (Eds.). *Regions in crises: new perspectives in European regional theory*. London: Croom Helm, 1980.
- COE, N. M.; HESS, M.; YEUNG, H.W-C.; DICKEN, P.; HENDERSON, J. “Globalizing” regional development: a global production networks perspective. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 29, p. 468-484, 2004.
- COLETTI, T.; LINS, H. N. A suinocultura no vértice das relações entre agroindústria e agricultura familiar no oeste de Santa Catarina. *Ensaio FEE*, v. 32, n. 2, p. 339-360, nov. 2011.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996
- DAMO, M. R. S. *Análise da descentralização administrativa do governo do estado e os efeitos da fragmentação territorial no oeste catarinense*. 2006. 205f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- DECORNOY, J. Dans le piège des délocalisations. *Le Monde Diplomatique*, p. 3, juil. 1993.
- DIAS, T. *Governança pública: uma concepção teórico-analítica aplicada no governo do Estado de Santa Catarina a partir da implantação das Secretarias de Desenvolvimento Regional*. 2012. 356 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- DOLAN, C.; HUMPHREY, J. Governance and trade in fresh vegetables: the impact of UK supermarkets on the African horticulture industry. *The Journal of Development Studies*, v. 37, n. 2, p. 147-176, Dec. 2000.
- DORIGON, C. O mercado informal dos produtos coloniais da região oeste de Santa Catarina. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO/ I ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DO CONSUMO, Rio de Janeiro, 15-17 set. 2010. Anais... [S.p.].
- ESPÍNDOLA, C. J. *As agroindústrias do oeste catarinense: o caso Sadia*. 1996. 309 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- DULONG, R. *Les régions, l'État et la société locale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1978.
- EX-SEM-TERRA exportam leite para Uruguai. A Notícia, [S.p], 15 jun. 2002. Obtido em www.an.com.br/2002/jun/15/0eco.htm. Acesso em 5 dez. 2003.

- FERRARI, D. L. *Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no oeste de Santa Catarina*. 2003. 190 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio ambiente) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- FILIPPIM, E.; ABRUCIO, F. L. Quando descentralizar é concentrar poder: o papel do governo estadual na experiência catarinense. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 14, n. 2, p. 212-228, mar./abr. 2010.
- FOSTER, N.; STEHRER, R.; TIMMER, M. *International fragmentation of production, trade and growth: impacts and prospects for EU member states*. Brussels: European Commission, 2013. (Economic Papers 484).
- FRANÇA, L. R. de; SOUZA, J. G. de; MORAES, V. M. B. de. Comparação de dois modelos de frango de corte. *Arch. Zootec*, v. 56, n. 215, p. 359-362, 2007. Obtido em: <http://www.uco.es/organiza/servicios/publica/az/php/img/web/25_18_52_11NotaComparacaoFranca.pdf> Acesso em: 11 fev. 2013.
- GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (Eds.). *Commodity chains and global capitalism*. London: Greenwood Press, 1994.
- GOULARTI FILHO, A. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro-Oeste. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 611, p. 219-273, 1999.
- HOLLAND, S. *Capital versus the regions*. London: MacMillan, 1976.
- HOLLOWAY, J. Capital moves. *Capital & Class*, n. 57, p. 137-144, 1995.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 1991*. Resultados do Universo – Santa Catarina. Obtido em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n23_caracteristicas_populacao_do_micilios_sc.pdf Acesso em: 05/01/2017.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2000*. Resultados do Universo. Obtido em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Dados_do_Universo/Meso_Microregioes_Distritos_Subdistritos_Bairros/ Acesso em: 05/01/2017.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Resultados do Universo. Obtido em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_municipios_zip_xls.shtm Acesso em: 05/01/2017.
- JONES, R.; KIERZKOWSKI, H. International fragmentation and the new economic geography. *North American Journal of Economics and Finance*, v. 16, p. 1-10, 2005.
- KITCHING, G. Reification, explanation and regional planning. *Occasional Paper n. 9*, Swansea: University College of Swansea, Centre for Development Studies, 1979.
- KUNZLER, L. L.; BADALOTTI, R. M. Bases e importância da agroindústria familiar rural no oeste catarinense. In: 2. SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, Florianópolis, Universidade do Estado de Santa Catarina, 16 a 19 set. 2014. Anais... [S.p.].
- LAZZARI, M. R. Avicultura de corte no Brasil: uma comparação entre as Regiões Sul e Centro-Oeste. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 31, n. 4, p. 259-290, 2004.

- LINS, H. N.; GOULART, G. T. Novos espaços de atuação do grande capital agroalimentar: a agroindústria de carnes no sudoeste de Goiás (Brasil). In: VIII JORNADAS INTERDISCIPLINARIAS DE ESTUDIOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES, Buenos Aires, 29 out. a 1 nov. 2013, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Económicas. Anais..., p. 1-20.
- LIPIETZ, A. Sur la question régionale en France. *Recherches Économiques et Sociales*, Paris: La Documentation Française, n. 11, 1978.
- LIPIETZ, A. *Le capital et son espace*. 2.ed. Paris: La Découverte, 1983.
- LOBATO, J. B. M. Cidades mortas. In: *Cidades mortas*. 13.ed. São Paulo: Brasiliense, 1969, p. 3-6.
- MAGRI, K. Geração de energia vira nova aposta econômica no Oeste. *Diário Catarinense*, p. 4-5, 13 e 14 jan. 2018.
- MAQUIAVEL, N. Di B. Dei. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. Tradução de Roberto Grassi.
- MARCONDES, T.; MIOR, L. C.; REITER, J. M. W.; MONDARDO, M. *Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina*. Florianópolis: EPAGRI, 2012.
- MARKUSEN, A. R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço & Debates*, n. 2, p. 61-99, 1981.
- MARX, K. *Le capital*. Livre I. Paris: Éditions Sociales; Moscou: Éditions du Progrès, 1982.
- MARX, K. *Capítulo VI inédito de O Capital*. São Paulo: Moraes, 1987.
- MASSEY, D. Regionalism: some current issues. *Capital & Class*, n. 6, p. 106-126, 1978.
- MASSEY, D. In what sense a regional problem? *Regional Studies*, v. 13, n. 2, p. 233-234, 1979.
- MASSEY, D. *Spatial divisions of labour: social structures and the geography of production*. London: MacMillan, 1984.
- MASSEY, D.; MEEGAN, R. *The anatomy of job loss: the how, why and where of employment decline*. London: Methuen, 1982.
- MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.
- MIOTO, B. T. *Movimentos migratórios em Santa Catarina no limiar do século XXI*. 2008. 85 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- OLIVEIRA, L. F. T.; SILVA, S. P. Mudanças institucionais e produção familiar na cadeia produtiva do leite no oeste catarinense. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 4, p. 705-720, out./dez. 2012.
- PAIM, E. A. Aspectos da construção histórica da região oeste de Santa Catarina. *SÆCULUM – Revista de História*, v. 14, p. 121-138, jan./jun. 2006.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Tradução de Eurico Corvisieri.
- PLEIN, C. A modernização da agricultura brasileira e seus efeitos sobre a agricultura familiar no oeste catarinense. *Faz Ciência*, v. 8, n. 1, p. 35-72, 2006.
- POLI, O. L. Cultura e modo de vida camponês no oeste catarinense: as bases para a organização e reação frente à crise dos anos 70. *Cadernos do CEOM*, v. 16, n. 5, p. 107-175, jun. 2002.

SAGA. O Instituto de Desenvolvimento Regional – SAGA tem focado seus trabalhos na produção e certificação de produtos orgânicos. Chapecó: SAGA, 2017. Obtido em: <http://www.institutosaga.org.br/> Acesso em: 18 jan. 2017.

SANTOS FILHO, J. I. dos; SANTOS, N. A. dos; CANEVER, M. D.; SOUSA, I. S. F. de; VIEIRA, L. F. O cluster suíncola do Oeste de Santa Catarina. In: HADDAD, P. R. (Org.). *A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudos de clusters*. Brasília: CNPq/EMBRAPA, 1999, p. 125-180.

SCHMIDT, W.; TURNES, V. A.; CAZELLA, A. A.; SCHMIDT, V. B.; GELBCKE, D. Associativismo e cooperativismo: o terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense. In: VIEIRA, P. F. (Org.). *A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento*. Florianópolis: APED Editora, 2002, p. 59-110.

SÍNTESE anual da agricultura de Santa Catarina: 2015-2016. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2016.

SOJA, E. W. The sócio-spatial dialectic. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 70, n. 2, p. 207-225, 1980.

SZENTESI, T. *The political economy of underdevelopment*. 3.ed. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1976.

TERMO DE CONVÊNIO que entre si celebram a União, pelo Ministério da Integração Nacional/MI, por intermédio da Secretaria de Programas Regionais Integrados, e o SAGA Instituto de Desenvolvimento Regional, para o fim que especifica. Brasília, Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Programas Regionais Integrados, 2001. (Processo Nº 59000.005371/2001-10).

TERRA Viva Produtos da Reforma Agrária: Institucional. São Miguel do Oeste: Cooperoeste, 2016. Obtido em: <http://www.terravivasc.com.br/site/institucional> Acesso em: 18 jan. 2017.

TESTA, V. M.; NADAL, R.; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, M. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (proposta para discussão)*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

TESTA, V. M.; MELLO, M. A. de; FERRARI, D. L.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C. *A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria da Agricultura e Política Rural, 2003.

THEIS, I. M., NODARI, T. M. dos S. A agroindústria de aves e o desenvolvimento regional no Meio Oeste de Santa Catarina. *Cadernos de Economia*, v. 4, n. 7, p. 7-28, jul.-dez. 2000.

VEIGA, P. da M.; RIOS, S. P. Cadeias de valor baseadas em recursos naturais: o caso do Brasil. *Textos para Discussão/IPEA*, n. 2173, Brasília: IPEA, fev. 2016.

VERNON, R. Investimento externo e comércio internacional no ciclo do produto. In: SAVASINI, J. A. A.; MALAN, P. S.; BAER, W. (Orgs.). *Economia internacional*. São Paulo: Saraiva, 1979, p. 89-107.

WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1979.

WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial: el mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea – 1600-1750*. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1984.

WALLERSTEIN, I. *Le capitalisme historique*. Paris: La Découverte, 1987.

WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial: la segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista – 1730-1850*. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1998.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 13, p. 29-45, out. 1999.